

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/12/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	48
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	807.080.529
Preferenciais	0
Total	807.080.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	1.543.488	1.557.124
1.01	Ativo Circulante	103.733	75.154
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.813	10.797
1.01.02	Aplicações Financeiras	63.431	3.772
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	63.431	3.772
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	63.431	3.772
1.01.03	Contas a Receber	28.662	57.081
1.01.03.01	Clientes	28.662	57.081
1.01.06	Tributos a Recuperar	430	1.156
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	430	1.156
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.334	2.295
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63	53
1.01.08.03	Outros	63	53
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	63	53
1.02	Ativo Não Circulante	1.439.755	1.481.970
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	47.778	48.282
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	34.781	32.221
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	34.781	32.221
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.083	3.373
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.083	3.373
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	9.190	10.457
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.724	2.231
1.02.01.10.03	Outros Ativos	1.418	1.882
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	306	349
1.02.03	Imobilizado	1.382.516	1.423.848
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.378.632	1.415.205
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.884	8.643
1.02.04	Intangível	9.461	9.840
1.02.04.01	Intangíveis	9.461	9.840
1.02.04.01.02	Intangíveis	9.461	9.840

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	1.543.488	1.557.124
2.01	Passivo Circulante	105.350	102.866
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	534	155
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	534	155
2.01.02	Fornecedores	16.485	6.840
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.485	6.840
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.018	6.515
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.711	5.069
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	980
2.01.03.01.02	INSS	0	169
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	1.671	3.857
2.01.03.01.04	Outros	40	63
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.301	1.303
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6	143
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.980	60.458
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.678	46.917
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.678	46.917
2.01.04.02	Debêntures	19.302	13.541
2.01.05	Outras Obrigações	7.177	10.343
2.01.05.02	Outros	7.177	10.343
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6.970	10.082
2.01.05.02.04	Arrendamentos	207	261
2.01.06	Provisões	10.156	18.555
2.01.06.02	Outras Provisões	10.156	18.555
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	488	109
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.566	1.566
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	3.225	11.239
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	4.551	5.114
2.01.06.02.07	Credores diversos	326	527
2.02	Passivo Não Circulante	526.700	562.624
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	512.393	547.205
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	241.278	270.125
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	241.278	270.125
2.02.01.02	Debêntures	271.115	277.080
2.02.02	Outras Obrigações	603	734
2.02.02.02	Outros	603	734
2.02.02.02.03	Arrendamentos	603	734
2.02.04	Provisões	13.704	14.685
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	213	381
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	213	381
2.02.04.02	Outras Provisões	13.491	14.304
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	734
2.02.04.02.04	Uso do bem público	13.491	13.570
2.03	Patrimônio Líquido	911.438	891.634
2.03.01	Capital Social Realizado	818.858	807.081
2.03.04	Reservas de Lucros	92.580	84.553

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2.03.04.01	Reserva Legal	7.335	6.111
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	80.678	66.664
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	4.567	11.778

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	195.198	222.488
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-111.395	-138.753
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-19.773	-18.873
3.02.02	Outros custos operacionais	-12.890	-14.031
3.02.03	Depreciação e amortização	-41.454	-38.458
3.02.04	Uso do bem público - UBP	-375	-375
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-31.074	-60.030
3.02.06	Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH	-5.829	-6.986
3.03	Resultado Bruto	83.803	83.735
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.074	-5.317
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.209	-5.317
3.04.02.06	Gerais e administrativas	-3.718	-4.921
3.04.02.07	Pessoal	-491	-396
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	135	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	79.729	78.418
3.06	Resultado Financeiro	-52.022	-57.404
3.06.01	Receitas Financeiras	2.323	3.769
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.345	-61.173
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.707	21.014
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.231	-7.711
3.08.01	Corrente	-1.940	-1.441
3.08.02	Diferido	-1.291	-6.270
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.476	13.303
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.476	13.303
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0303	0,016

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	24.476	13.303
4.03	Resultado Abrangente do Período	24.476	13.303

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	147.162	107.978
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	123.661	117.490
6.01.01.01	Lucro antes dos imposto de renda e contribuição social	27.707	21.014
6.01.01.02	Depreciação e amortização	42.151	39.434
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	37	780
6.01.01.05	Encargos de dívidas	52.276	55.637
6.01.01.06	Outras variações monetárias líquidas	1.552	2.038
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-5	0
6.01.01.08	Atualização monetária - Impostos a recuperar	0	-31
6.01.01.09	Receita de aplicações financeiras	-1.239	-2.021
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	1.268	1.268
6.01.01.12	Encargos de dívidas arrendamentos	82	99
6.01.01.13	Provisão para contingências	-168	-728
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	26.437	-8.861
6.01.02.01	Impostos a compensar	726	417
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-10	0
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-39	-980
6.01.02.04	Outros ativos circulantes e não circulantes	575	-1.506
6.01.02.05	Fornecedores	1.827	-2.036
6.01.02.06	Salários e obrigações	-63	100
6.01.02.07	Contribuições e impostos a recolher	-2.301	1.846
6.01.02.09	Contas a receber de clientes	28.419	-4.470
6.01.02.10	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-2.113	764
6.01.02.12	Provisão para compensação ambiental	-355	-968
6.01.02.14	Outros passivos circulantes	-229	-2.028
6.01.03	Outros	-2.936	-651
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-2.936	-651
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-61.438	-39.126
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-3.599	-2.668
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-458	-5.564
6.02.03	Aplicações no intangível	0	-2
6.02.04	Resgate de investimentos de curto prazo	20.696	0
6.02.05	Aplicações em investimentos de curto prazo	-79.955	-3.772
6.02.06	Resgate em títulos e valores mobiliários	1.878	14.922
6.02.07	Pagamento de prov. para constituição de ativos	0	-42.042
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-87.707	-96.580
6.03.03	Empréstimos tomados	0	800
6.03.04	Amortização principal e pagamento de juros de financiamento e debêntures	-79.566	-97.046
6.03.06	Amortização principal e pagamento de juros de arrendamentos	-358	-334
6.03.07	Pagamento de dividendos	-7.783	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.983	-27.728
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.796	38.525
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.813	10.797

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	807.081	0	84.553	0	0	891.634
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.081	0	84.553	0	0	891.634
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11.777	0	-11.777	0	0	-4.672
5.04.01	Aumentos de Capital	11.777	0	-11.777	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	-4.672
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	24.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	24.476
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.804	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.224	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Especial para Incentivos Fiscais	0	0	4.566	0	0	0
5.06.06	Lucro RemanesceLucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	14.014	0	0	0
5.07	Saldos Finais	818.858	0	92.580	0	0	911.438

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	807.081	0	73.548	0	0	880.629
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.081	0	73.548	0	0	880.629
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.299	0	-2.299
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.299	0	-2.299
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.303	0	13.303
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.303	0	13.303
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.004	-11.004	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	665	-665	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Especial para Incentivos Fiscais	0	0	3.442	-3.442	0	0
5.06.06	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	6.897	-6.897	0	0
5.07	Saldos Finais	807.081	0	84.552	0	0	891.633

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	218.347	247.870
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	218.347	247.870
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-69.719	-100.518
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.773	-18.873
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.620	-78.104
7.02.04	Outros	-4.326	-3.541
7.03	Valor Adicionado Bruto	148.628	147.352
7.04	Retenções	-42.126	-39.434
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.126	-39.434
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	106.502	107.918
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.442	3.769
7.06.02	Receitas Financeiras	2.442	3.769
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	108.944	111.687
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	108.944	111.687
7.08.01	Pessoal	2.282	2.764
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.636	2.016
7.08.01.02	Benefícios	528	613
7.08.01.03	F.G.T.S.	118	135
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.534	33.941
7.08.02.01	Federais	27.534	33.941
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.653	61.679
7.08.03.01	Juros	52.358	55.637
7.08.03.02	Aluguéis	308	506
7.08.03.03	Outras	1.987	5.536
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.475	13.303
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.475	13.303

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações contábeis do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) financeiro;
- (ii) de relações com investidores,
- (iii) administrativo, e
- (iv) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019	Variação %
Receita operacional bruta	218.212	247.870	-12,0%
(-) Deduções da receita operacional	(23.014)	(25.382)	-9,3%
Receita operacional líquida	195.198	222.488	-12,3%
(-) Custos operacionais	(111.395)	(138.753)	-19,7%
Lucro bruto	83.803	83.735	0,1%
(-) Despesas/receitas operacionais	(4.074)	(5.317)	-23,4%
(-) Despesas/receitas financeiras	(52.022)	(57.404)	-9,4%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	27.707	21.014	31,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.940)	(1.441)	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.291)	(6.270)	-79,4%
Lucro do exercício	24.476	13.303	84,0%
Ativo total	1.543.488	1.557.124	-0,9%
Investimentos	1.391.977	1.433.688	-2,9%

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 195.198 no exercício de 2020, em comparação aos R\$ 222.488 no exercício de 2019. A variação de 12,3% de um exercício para o outro ocorreu principalmente pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL e liquidações na CCEE).

Os custos operacionais do exercício de 2020 apresentam redução de 19,7% se comparado com o exercício de 2019, justificada pela redução na compra de energia elétrica. As despesas operacionais do exercício de 2020 apresentam redução de 23,4% quando comparado ao exercício de 2019, justificada principalmente pelo redução na linha de serviços de terceiros.

O resultado financeiro apresenta redução de 9,4% se comparado ao exercício de 2019, justificada principalmente pela redução das despesas e receitas financeiras.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes apresentam variações de acordo com o LAIR. A variação do imposto de renda e contribuição social diferidos é proveniente da constituição em função do prejuízo apresentado em 30 de setembro de 2019.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	24.476	13.303
(+) Resultado financeiro	52.022	57.404
(+) Depreciação e amortização (*)	42.126	39.434
(+) IR/CS correntes	1.940	1.441
(+) IR/CS diferidos	1.291	6.270
(=) EBITDA	121.855	117.852

(*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(67.980)	(60.458)
Não circulante	(512.393)	(547.205)
Dívida total	(580.373)	(607.663)
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo	72.244	14.569
Dívida líquida	(508.129)	(593.094)
Patrimônio líquido	911.438	891.634
Índice de endividamento líquido	0,56	0,67

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no período findo em 31 de dezembro de 2020 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 25 colaboradores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade sócio ambiental

Abaixo destacamos alguns dos programas já realizados:

Programa de resgate de fauna;
Programa de resgate de ictiofauna e invertebrados aquáticos;
Programa de qualificação de mão-de-obra e estágio para jovens;
Programa de apoio a projetos esportivos e culturais;
Programa de apoio ao turismo sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de apoio aos agricultores familiares e comunidades ribeirinhas;
Programa de apoio à elaboração de planos diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
Programa de gestão socioambiental integrada;
Programa projeto de inventário florestal do canteiro e reservatório;
Programa de monitoramento sísmológico;
Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico;
Programa fortalecimento de fornecedores locais; e
Programa caracterização e fomento da atividade pesqueira.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento:

Programa de monitoramento da qualidade de água;
Programa de monitoramento de macrófitas;
Programa de monitoramento e conservação da ictiofauna;
Programa de monitoramento de invertebrados aquáticos;
Programa de monitoramento hidrossedimentológico;
Programa de recuperação de áreas degradadas;
Programa de monitoramento meteorológico;
Programa plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório artificial (PACUERA);
Programa monitoramento fauna;
Programa de comunicação social.

6. Auditoria Independente

Em 24 de janeiro de 2019, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 02 (dois) anos.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação.

Os contratos de concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Notas Explicativas

Impactos do COVID 19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação. Este Comitê tem acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: suspensão de viagens; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office às unidades operacionais, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios e centro de operação; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente regulado e ambiente livre, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência do COVID-19 nos primeiros nove meses de 2020 e, até o momento, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis.

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que cria a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta irá receber recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de déficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, fica garantida a manutenção do fluxo de recursos para as geradoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

De forma a garantir o capital de giro, a Companhia, com base nas Portarias nº 139 e nº 245, emitidas pelo Ministério da Economia, em 3 de abril de 2020 e 15 de junho de 2020, respectivamente, prorrogaram o recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS relativas às competências de março a maio de 2020, as mesmas foram pagas nos mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho a outubro de 2020.

Notas Explicativas

Adicionalmente, no início de maio de 2020, a Companhia assinou aditivo ao seu respectivo contrato de financiamento junto ao BNDES, com o objetivo de suspender por 6 meses, de 15 de maio de 2020 a 15 de outubro de 2020 os pagamentos dos valores de principal e juros de seus financiamentos. Esse aditivo visa o aumento do capital de giro dessa Companhia e foi concedido pelo BNDES para combate aos impactos da pandemia de Covid-19 no país.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia que pudesse requerer alguma mensuração e/ou divulgação nas demonstrações contábeis para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020.

Repactuação do GSF (Generation Scaling Factor) – Geradoras

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e reconhecida contabilmente como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. A Companhia aguarda a formalização da Administração e a homologação do poder concedente para proceder ao reconhecimento contábil.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A autorização para emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 19 de março de 2021.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 17 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2020

As seguintes normas alteradas e interpretações são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00);
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 (R1));
- Definição de materialidade (alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23);
- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48); e
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações ao CPC 06 (R2)).

A Companhia avaliou e adotou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

Notas Explicativas

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Notas Explicativas

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Notas Explicativas

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas Explicativas

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

3.6 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;
- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que

Notas Explicativas

deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como redutor do passivo em contra partida ao imposto registrado no resultado do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

3.7 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.9 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Notas Explicativas

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- I. Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:
 - a) Suprimento de energia – ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 69% da garantia física, equivalente a 105 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2020 é de R\$ 118,41 (R\$ 114,61 em 2019) MH/h, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de janeiro de 2015; e
 - b) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 39,9 MW médio equivalente a 26% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2020 é de R\$ 203,01 (R\$ 203,79 em 2019) MH/h, reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 17 anos contados a partir de janeiro de 2015.
- II. Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.12 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

Notas Explicativas

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	8.770	5.900
Aplicações financeiras automáticas	Até 20% do CDI	39	54
Certificados de depósitos bancários	De 89,39 a 100% do CDI	-	4.839
		8.813	10.797

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimentos de curto prazo

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Investimento - FI Energia	3.852	3.772
Fundo de Investimento - STA Energia	59.579	-
	63.431	3.772

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia e Fundo de Investimento STA Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 90,83% e 153,45% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (99,63% em 31 de dezembro de 2019)

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Aplicação pós fixada	BNDES	138,02% do CDI	16.304	16.439
Aplicação pós fixada	Debêntures	138,02% do CDI	18.477	15.782
			34.781	32.221

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M e serviço da dívida. E, também em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora.

7 Contas a receber de clientes

O saldo em 31 de dezembro de 2020 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de novembro e dezembro, e que serão recebidos em 3 parcelas a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Notas Explicativas

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		16.355	12.519
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	9.576	37.797
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre		-	2.377
Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE		2.731	4.388
		28.662	57.081

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativo circulante</u>		
Prêmio de seguros - diversos	128	130
Prêmio de seguros - risco operacional	938	898
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.268	1.267
	<u>2.334</u>	<u>2.295</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	9.190	10.457
	<u>9.190</u>	<u>10.457</u>
	<u>11.524</u>	<u>12.752</u>

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

O registro inicial (R\$ 16.796 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida da redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016.

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10.458 segregado entre circulante e não circulante (R\$ 11.724 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	31/12/2020	31/12/2019
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	385	706
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	8	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	135
Imposto sobre Serviços - ISS	-	102
Outros	37	213
	430	1.156
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	980
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.301	1.303
Programa de Integração Social - PIS	298	688
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.373	3.170
Outros	46	374
	3.018	6.515

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia, que preveem a realização do saldo de R\$ 854 de IRPJ diferido e R\$ 1.229 de CSLL base negativa até 2022.

No quadro abaixo está demonstrada a movimentação dos tributos diferidos:

	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2018	Constituição/ Reversão de de Tributo Diferido em 2019	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2019	Constituição/ Reversão de Tributo Diferido em 2020	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2020
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	28.357	(6.236)	22.121	(5.017)	17.104
Imposto de renda diferido	7.089	(5.707)	1.382	(529)	854
Base negativa acumulada	28.383	(6.262)	22.121	(5.017)	17.104
Contribuição social diferida	2.554	(563)	1.991	(762)	1.229
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.643	(6.270)	3.373	(1.291)	2.083

Notas Explicativas

A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

	2021	2022
Saldo de Prejuízo Fiscal IRPJ ao final do exercício	7.060	-
Estimativa de realização IRPJ diferido	628	226
Saldo Base Negativa CSLL ao final do exercício	7.060	-
Estimativa de realização CSLL diferida	904	325

11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 representam substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2020:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências	Outros	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em serviço											
Terrenos	0,00%	16.708	-	-	-	16.708	-	-	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,18%	803.590	39	37.455	-	841.084	-	4.653	-	-	845.737
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	-	140.646	-	-	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,76%	601.216	311	53	-	601.580	458	-	-	(27)	602.011
Veículos	5,53%	416	-	-	-	416	-	-	-	(406)	10
Móveis e utensílios	6,23%	2.432	4	-	-	2.436	2	-	-	(4)	2.434
Direito de uso sobre arrendamento	22,22%	-	1.230	-	-	1.230	-	-	90	-	1.320
Total do imobilizado em serviço		1.565.008	1.584	37.508	-	1.604.100	460	4.653	90	(437)	1.608.866
(-) Depreciação acumulada											
Reservatórios, barragens e adutoras		(70.348)	(18.353)	-	-	(88.701)	(21.252)	-	-	-	(109.953)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(14.070)	(3.446)	-	-	(17.516)	(3.446)	-	-	-	(20.962)
Máquinas e equipamentos		(64.620)	(16.611)	-	-	(81.231)	(16.616)	-	-	23	(97.824)
Veículos		(380)	(23)	-	-	(403)	(11)	-	-	406	(8)
Móveis e utensílios		(616)	(151)	-	-	(767)	(154)	-	-	2	(919)
Direito de uso sobre arrendamento		-	(275)	-	-	(275)	(293)	-	-	-	(568)
Total da depreciação acumulada		(150.034)	(38.859)	-	-	(188.893)	(41.772)	-	-	431	(230.234)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.414.974	(37.275)	37.508	-	1.415.207	(41.312)	4.653	90	(6)	1.378.632
Imobilizado em curso											
Reservatórios, barragens e adutoras		33.035	5.074	(37.455)	-	654	-	(654)	-	-	-
Veículos		92	-	-	(61)	31	-	-	-	-	(31)
Adiantamento a fornecedor		5.489	-	-	(43)	5.446	510	(4.000)	-	-	1.551
Depósitos judiciais		3.104	135	(53)	(676)	2.510	4	-	15	-	(196)
Total do ativo imobilizado em curso		41.720	5.209	(37.508)	(780)	8.641	514	(4.654)	15	(652)	3.884
Total do imobilizado		1.456.694	(32.066)	-	(780)	1.423.848	(40.798)	(1)	105	(658)	1.382.516

Em 2020 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultam em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros para a Companhia, de forma a estimar o valor em uso frente ao seu valor atual contábil. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso são:

- Receita: atualização dos preços com base na projeção dos índices contratuais aplicáveis, e/ou com base em a parâmetros macroeconômicos divulgados de forma pública no mercado; e alocação da garantia física não negociada em contratos bilaterais como mercado livre;

Notas Explicativas

- Alíquotas de tributos diretos: a Companhia considerou no período que se esperam que sejam aplicáveis os efeitos do benefício fiscal da SUDAM sobre o fluxo de caixa livre e a taxa de desconto até 2026 respeitando seu prazo de validade;

- Valor residual: perpetuidade não é aplicável, somente o valor residual do ativo imobilizado, haja visto que o ativo possui vida útil definida, alinhado ao contrato de concessão.

O fluxo de caixa livre foi projetado de forma nominal, até o final da concessão (2045) e a taxa de desconto média utilizada, em termos nominais, foi de 9,1%.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Intangível em serviço							
Uso do bem público	3,19%	11.769	-	-	11.769	-	11.769
Software	20,00%	732	2	6	740	-	740
Outros intangíveis	13,40%	963	-	(6)	957	-	957
Total intangível em serviço		13.464	2	-	13.466	-	13.466
(-) Amortização acumulada							
Uso do bem público		(1.562)	(375)	-	(1.937)	(374)	(2.311)
Software		(596)	(136)	-	(732)	(5)	(737)
Outros intangíveis		(893)	(64)	-	(957)	-	(957)
Total amortização		(3.051)	(575)	-	(3.626)	(379)	(4.005)
Total do intangível		10.413	(573)	-	9.840	(379)	9.461

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Passivo relacionado ao uso do bem público

	2018	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	2019	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	31/12/2020
Passivo circulante	1.520	-	(1.537)	1.583	1.566	-	(1.564)	1.564	1.566
Passivo não circulante	13.251	1.902	-	(1.583)	13.570	1.485	-	(1.564)	13.491
	14.771				15.136				15.057

Em relação a obrigação de uso do bem público, refere-se, as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 35º ano da concessão.

Notas Explicativas

13 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	1.839	1.768
Materiais e serviços	10.700	2.975
Mercado de curto prazo - CCEE	3.946	2.097
Total	16.485	6.840

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	Encargos	Vencimento	31/12/2020			31/12/2019		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	23.251	713	23.964	21.420	772	22.192
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	24.705	54	24.759	24.705	77	24.782
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	191	4	195	178	6	184
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	19.803	819	20.622	14.111	748	14.859
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(1.560)	-	(1.560)	(1.559)	-	(1.559)
Total			66.390	1.590	67.980	58.855	1.603	60.458
Moeda nacional - não circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	217.013	-	217.013	221.344	-	221.344
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	24.705	-	24.705	49.409	-	49.409
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.785	-	1.785	1.841	-	1.841
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	279.031	-	279.031	286.315	-	286.315
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(10.141)	-	(10.141)	(11.704)	-	(11.704)
Total			512.393	-	512.393	547.205	-	547.205
Total geral			578.783	1.590	580.373	606.060	1.603	607.663

BNDES

Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 31 de dezembro de 2020 foram liberados R\$ 470.583 (R\$ 470.583 em 31 de dezembro de 2019).

O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a:

Notas Explicativas

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Em 12 de maio de 2020 a Companhia aderiu ao programa Stand still do BNDES que consiste na suspensão temporária de seis meses, de 15 de maio a 15 de outubro de 2020 dos pagamentos de principal e juros para os subcréditos A,B, C e E, sem alteração dos termos finais do prazo de amortização da dívida, os valores serão capitalizados no saldo devedor.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$210.900 (duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se darão em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Notas Explicativas

	31/12/2018	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2019
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	264.197	-	21.167	(21.409)	(20.419)	243.536
BNDES - Subcrédito D	98.914	-	2.166	(24.705)	(2.184)	74.191
BNDES - Subcrédito E	1.389	800	122	(170)	(116)	2.025
3º emissão de debêntures	298.593	-	30.624	(8.693)	(19.350)	301.174
(-) custo de captação - a amortizar	(14.821)	-	1.558	-	-	(13.263)
Total	648.272	800	55.637	(54.977)	(42.069)	607.663

	31/12/2019	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2020
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	243.536	-	17.046	(11.015)	(8.590)	240.977
BNDES - Subcrédito D	74.191	-	1.553	(24.704)	(1.576)	49.464
BNDES - Subcrédito E	2.025	-	97	(92)	(49)	1.981
3º emissão de debêntures	301.174	-	33.336	(14.403)	(19.137)	300.970
(-) custo de captação - a amortizar	(13.263)	-	244	-	-	(13.019)
Total	607.663	-	52.276	(50.214)	(29.352)	580.373

c. Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Principal	71.877	74.176	79.086	70.248	227.147	522.534
(-) custo de captação a amortizar	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(3.905)	(10.141)
Total	70.318	72.617	77.527	68.689	223.242	512.393

15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2018	Constituição	Pagamentos	31/12/2019	Pagamentos	Transferência	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	8.581	-	(886)	7.695	-	(7.695)	-
Montagem	41.290	5.074	(46.162)	202	-	-	202
Obras civis	3.410	-	(68)	3.342	(160)	(159)	3.023
Total	53.281	5.074	(47.116)	11.239	(160)	(7.854)	3.225

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados.

Em 2020 a Companhia transferiu saldo de R\$ 7.854 para a conta de fornecedores.

Notas Explicativas

16 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2018	Pagamentos	31/12/2019	Pagamentos	Transferência longo para curto	31/12/2020
Passivo circulante	1.077	(968)	109	(355)	734	488
Passivo não circulante	734	-	734	-	(734)	-
Total	1.811	(968)	843	(355)	-	488

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2020. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

17 Provisão para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados, tomando como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (a) **Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:
- (i) **Demandas Trabalhistas:** cinco processos judiciais de natureza trabalhista (oito processos em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado de R\$ 213 (R\$ 381 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação da provisão é como segue:

	31/12/2018	Reversões	31/12/2019	Reversões	31/12/2020
Trabalhista	1.109	(728)	381	(168)	213

- (b) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 merecem destaques as seguintes demandas:
- (i) **Demandas Tributárias:** atualmente existem quatro processos judiciais de natureza tributária com o valor em risco aproximado em R\$ 17.819 (R\$ 4.576 em 31 de dezembro de 2019) com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante os processos abaixo relacionados:

Notas Explicativas

Processo Administrativo de nº 109000001100000354/2017-19, que trata da cobrança de ICMS pelo Estado do Amapá, referente ao diferencial de alíquota de ICMS por antecipação decorrente de substituição tributária não recolhida, com valor em risco aproximado em R\$ 7.676 (R\$ 4.576 o mesmo em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda.

Processo Administrativo nº 15746720203202021, trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$ 8.889 (não havia valor em risco em 2019)

(ii) Demandas Cíveis: atualmente existem sete processos judiciais de natureza cível (sete em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado em R\$ 9.169 (R\$ 9.429 em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados:

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006, proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer indenizações em decorrência de supostos danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Com a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) o processo foi suspenso, sendo que a movimentação decorre apenas da juntada dos documentos comprobatórios de cumprimento. O valor em risco não pode ser estimado.

Ação Civil Pública nº 00013863320168030006, proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A presente ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautela e Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautela está em fase de recurso de apelação. Em decorrência do evento, o Ministério Público Estadual proveu uma Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado.

Execução de Título Extrajudicial nº 00002067420198030006, trata-se de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Ministério Público Estadual do Amapá por descumprimento de TAC 2, assinado em fevereiro de 2017, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006, em razão do suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g'. A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco é de aproximadamente R\$ 9.018 (R\$ 8.635 em 31 de dezembro de 2019).

Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC. A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco é aproximadamente R\$ 66 (não havia valor em risco em 2019).

Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC (obrigação de fazer). A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco é aproximadamente R\$ 1 (não havia valor em risco em 2019).

Notas Explicativas

(iii) Demandas Trabalhistas: atualmente existem um processo judicial de natureza trabalhista (dois em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado em R\$ 289 (R\$ 519 em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda. Não há processo relevante que deva ser destacado.

(iv) Demandas Ambientais: existem quatro autos de infrações (o mesmo em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado em R\$ 60.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019) com probabilidade de perda possível, melhor descrito abaixo:

Auto de Infração Ambiental nº 013596 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000 (mesmo valor em 31 de dezembro 2019).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019).

Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019).

(iv) Demandas Penais: atualmente existem 02 processos de natureza penal cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

(v) Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado em R\$ 5.927 (R\$ 6.235 em 31 de dezembro de 2019) valendo mencionar o seguinte:

Notas Explicativas

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400: Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 5.927 (R\$ 6.235 em 31 de dezembro de 2019).

18 Partes relacionadas

8.1 Transações com partes relacionadas

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativo circulante - partes relacionadas</u>		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	9.576	37.797
	9.576	37.797
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Dividendos - Alupar Investimento S.A.	6.970	10.082
Fornecedores - AF Energia S.A	295	283
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	207	260
	7.472	10.625
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	603	733
	603	733

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receita - partes relacionadas</u>		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	80.771	94.052
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	265	-
	81.036	94.052
<u>Custo - partes relacionadas</u>		
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	9.289	22.996
Compra de energia elétrica - Verde 9 Energia S.A.	849	-
Serviços Tomados - AF Energia S.A	3.447	3.405
	13.585	26.401

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

Notas Explicativas

8.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2020
Alpar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	300.463
Alpar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	307.813
Alpar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	25/06/2021	3.186	3.351.655

8.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizadas em 24 de abril de 2020 e 29 de abril de 2019, os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração.

19 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 818.858 (R\$ 807.081 em 31 de dezembro de 2019).

Em 18 de dezembro de 2020 foi aprovado através de assembleia geral extraordinária o aumento de capital de R\$ 11.777, por meio da capitalização de reservas para incentivo fiscal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
	Quantidades de ações	
Alpar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	<u>807.080.529</u>	<u>807.080.529</u>

Notas Explicativas

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Reserva especial para incentivos fiscais

- Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	24.476	13.303
Reserva legal	(1.224)	(665)
Subtotal	23.252	12.638
Reserva para incentivo fiscal	(4.566)	(3.442)
Dividendo mínimo obrigatório	(4.672)	(2.299)
Reserva de lucros retidos	(14.014)	(6.897)
Saldo de lucros do exercício	-	-
Dividendo por ação	0,0058	0,0028

20 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/12/2020	31/12/2019
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do período	24.476	13.303
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	0,0303	0,0165

Notas Explicativas

21 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia - ambiente regulado		109.237	105.498
Suprimento de energia - ambiente livre		20.227	36.593
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	81.036	94.052
Ajuste positivo CCEE		7.712	11.727
		218.212	247.870
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(3.628)	(3.991)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(16.713)	(18.383)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(1.514)	(1.778)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(1.159)	(1.230)
		(23.014)	(25.382)
		195.198	222.488

22 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2020		31/12/2019	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
	(19.773)	-	(18.873)	-
	(5.829)	-	(6.986)	-
12	(375)	-	(375)	-
	(25.977)	-	(26.234)	-
Custos gerenciáveis				
	(268)	(187)	(173)	-
	(20.936)	-	(37.034)	-
18.1	(10.138)	-	(22.996)	-
	(3.180)	(11)	(3.233)	-
	(270)	(38)	(428)	(78)
	(2.150)	(491)	(2.805)	(396)
	(564)	(182)	(326)	(17)
	(2.021)	(2.503)	(3.198)	(4.142)
18.1	(3.447)	-	(3.405)	-
	168	-	(135)	-
	(455)	(356)	(328)	(83)
	(702)	(145)	-	-
	-	135	-	-
	(43.963)	(3.778)	(74.061)	(4.716)
Depreciação e Amortização				
11 e 12	(41.455)	(296)	(38.458)	(601)
	(41.455)	(296)	(38.458)	(601)
Total				
	(111.395)	(4.074)	(138.753)	(5.317)

Notas Explicativas

23 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.994	3.662
Juros s/ faturas a receber em atraso	-	74
Outras receitas financeiras	329	33
	2.323	3.769
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(52.276)	(55.637)
Atualização monetária UBP e P&D	(1.550)	(2.038)
Outras despesas financeiras	(519)	(3.498)
	(54.345)	(61.173)
Resultado financeiro	(52.022)	(57.404)

24 Imposto de renda e contribuição social

Nota	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	27.707	27.707	21.014	21.014
(-/+ Adições e/ou exclusões	502	502	(228)	(142)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	28.209	28.209	20.786	20.872
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	(8.463)	(8.463)	(6.236)	(6.262)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	19.746	19.746	14.550	14.610
IRPJ e CSLL	2.961	1.777	2.183	1.315
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	1.951	-	1.431	-
Incentivos Fiscais				
(-) PAT	(34)	-	(46)	-
(-) SUDAM	(4.567)	-	(3.442)	-
(-) ROUANET	(118)	-	-	-
(-) DESPORTO	(30)	-	-	-
Total dos tributos correntes	163	1.777	126	1.315
Tributos Diferidos	529	762	390	564
Adequação do Diferido após benefício fiscal	-	-	5.317	-
Tributos diferidos	529	762	5.707	564
Total dos tributos	692	2.539	5.832	1.878
Alíquota efetiva	11,45%		37,09%	

Notas Explicativas

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2020		31/12/2019		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	8.774	8.774	5.904	5.904	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	39	39	4.893	4.893	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	63.431	63.431	3.772	3.772	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	34.781	34.781	32.221	32.221	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	28.662	28.662	57.081	57.081	-	Custo amortizado
	135.687	135.687	103.871	103.871		
Passivo						
Fornecedores	16.485	16.485	6.840	6.840	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	580.373	561.886	607.663	586.211	-	Custo amortizado
Uso do bem público	15.057	15.057	15.136	15.136	-	Custo amortizado
Provisão para constituição de ativos	3.225	3.225	11.239	11.239	-	Custo amortizado
	615.140	596.653	640.878	619.426		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e

3º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	31/12/2020	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		1,69%	2,54%	3,38%	4,23%	5,07%
Equivalentes de caixa	CDI	39	1	1	2	2
Investimentos de curto prazo	CDI	63.431	1.072	1.608	2.144	2.680
Títulos e Valores mobiliários	CDI	34.781	588	882	1.176	1.763

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2020*	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			1,69%	2,53%	3,37%	4,21%	5,06%	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	298.834	24.696	27.376	30.057	32.737	35.418
			2,20%	3,29%	4,39%	5,49%	6,59%	
BNDES subcrédito (A, B, C)	TJLP +	2,34%	240.264	11.019	13.718	16.417	19.115	21.814
BNDES subcrédito E	TJLP	-	1.976	61	92	123	154	184

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Notas Explicativas

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

Notas Explicativas

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	16.485	-	-	-	-	16.485
Provisão para constituição de ativos	-	3.225	-	-	-	3.225
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.418	55.562	142.935	217.687	151.771	580.373
UBP	397	1.169	3.191	4.787	5.513	15.057
Total	29.300	59.956	146.126	222.474	157.284	615.140

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(67.980)	(60.458)
Não circulante	(512.393)	(547.205)
Dívida total	(580.373)	(607.663)
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo	72.244	14.569
Dívida líquida	(508.129)	(593.094)
Patrimônio líquido	911.438	891.634
Índice de endividamento líquido	0,56	0,67

26 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 529 e R\$ 613 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Notas Explicativas

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2020.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.573.269	2.026	18/06/2021
Risco de responsabilidade civil geral	500.000	234	18/06/2021
Seguro garantia judicial	1.761	66	04/01/2022
Total	2.075.030	2.326	

28 Eventos subsequentes

Em 27 de janeiro de 2021 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2019 no valor de R\$ 2.299.

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ferreira Gomes Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis, o saldo do ativo imobilizado da Companhia monta a R\$ 1.382.516 mil, o qual está sujeito à avaliação periódica sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável, os quais foram observados durante o exercício corrente. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, conseqüentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada; e (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11 são aceitáveis, no contexto das

demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC 1SP214160/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 19 de março de 2021.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 19 de março de 2021.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor Administrativo
Diretor Técnico